

O PS E O PSD SACRIFICAM O CRESCIMENTO ECONÓMICO E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PORTUGUESES À REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DA DIVIDA PÚBLICA NUM CURTO PERÍODO DE TEMPO: seriam necessários 84 anos para que o PIB real por habitante de Portugal fosse igual, em euros, ao da U.E.

Um dos objetivos mais importantes nos programas eleitorais do PS e do PSD, ignorado no debate público pelos jornalistas e também pelos outros partidos, é o da redução significativa da dívida pública num curto período, e seus efeitos quer no crescimento económico quer na melhoria das condições de vida dos portugueses. E isto porque se aquele objetivo, for absolutizado como aconteceu no período da “troika”, e nos programas destes dois partidos parece ser, os seus efeitos na economia e sociais serão importantes.

Em percentagem do PIB, o PS pretende reduzir a dívida pública para 116% até 2024, e para 110% até 2026 (pág. 9 do programa), ou seja, cerca de 20 pontos percentuais em apenas 5 anos. E o PSD tenciona baixar a dívida pública para 80% até 2030, ou seja, cerca de 50 pontos percentuais em apenas 9 anos (pág. 49 do programa). Em novembro de 2021 (últimos dados disponíveis), segundo o Banco de Portugal, a dívida pública, na ótica de Maastricht, era de 269.772 milhões €. 20 pontos percentuais correspondem a 41.281 milhões €, e 50 pontos percentuais são 103.202 milhões € da dívida pública atual. A redução da dívida pública (DP) em percentagem do PIB pode ser obtida de duas formas ou resultar da combinação das duas, a saber: aumento do PIB, que é o denominador do rácio de DP/PIB, ou através da amortização da dívida, o que é só possível congelando a despesa, em termos reais, das administrações públicas ou mesmo fazendo cortes nela.

A EVOLUÇÃO DO DÉFICE ORÇAMENTAL, DA DIVIDA PÚBLICA E DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE 2010-2020

Para se poder prever com a proximidade possível o que vai acontecer com um governo PS ou PSD com aqueles programas eleitorais é útil lembrar, embora sinteticamente, o que se verificou nos últimos 10 anos. No quadro 1, estão dados do Eurostat que permitem uma reflexão mais fundamentada sobre esse período.

Quadro 1- Déficit orçamental, dívida pública e crescimento económico – Portugal, U.E., Zona Euro -2010/2020

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÉFICE ORÇAMENTAL - % DO PIB											
U.E. -27 países	-6,0	-4,1	-3,6	-2,9	-2,4	-1,9	-1,4	-0,8	-0,4	-0,5	-6,9
Zona euro - 19 países	-6,3	-4,2	-3,7	-3,0	-2,5	-2,0	-1,5	-0,9	-0,4	-0,6	-7,2
PORTUGAL	-11,4	-7,7	-6,2	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,3	0,1	-5,8
DIVIDA PÚBLICA BRUTA - % DO PIB											
U.E. -27 países	80,4	81,7	84,6	86,3	86,5	84,7	83,9	81,3	79,3	77,2	90,1
Zona euro - 19 países	85,7	87,6	90,6	92,5	92,7	90,8	90,0	87,5	85,5	83,6	97,3
PORTUGAL	100,2	114,4	129,0	131,4	132,9	131,2	131,5	126,1	121,5	116,6	135,2
TAXA DE CRESCIMENTO PIB REAL ANUAL - EM %											
U.E. -27 países	2,2	1,8	-0,7	0,0	1,6	2,3	2,0	2,8	2,1	1,8	-5,9
Zona euro - 19 países	2,1	1,7	-0,9	-0,2	1,4	2,0	2,0	2,6	1,8	1,6	-6,4
PORTUGAL	1,7	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,8	2,7	-8,4

FONTE: Eurostat

Em Portugal, entre 2010 e 2015, o déficit orçamental reduziu-se de 11,4% para 4,4%, a dívida pública aumentou de 100,2% do PIB para 131,2% do PIB, e a taxa de crescimento económico (PIB) subiu de 1,7% para 1,8%; e, entre 2015 e 2019, o saldo orçamental passou de -4,4% do PIB para +0,1% do PIB, a dívida pública diminuiu de 131,2% do PIB para 116,6% do PIB, e a taxa de crescimento económico aumentou de 1,7% para 2,7%. Com o início da grave crise económica causada pelo COVID.19, Portugal afundou-se muito mais do que a média da União e da Zona euro. O déficit orçamental passa de positivo a negativo subindo para 5,8% do PIB, menos do que verificado na U.E. e na Zona euro, conseguido com um menor apoio às famílias e às empresas; a dívida pública sobe para 135,2% do PIB, um aumento 18,6 pontos percentuais, muito superior ao verificado na U.E. e na Zona euro, e a economia afunda-se, com uma quebra de 8,4% num ano apenas, muito superior à registada na U.E. e na Zona euro, o que mostra bem a fragilidade quer da economia portuguesa quer do crescimento que se estava a verificar.

Identificar as causas desta dupla fragilidade, e encontrar as soluções para a resolver, devia ter constituído o “coração” do debate político eleitoral, porque sem crescimento económico elevado e sustentado o país não sairá do atraso em que se encontra. Infelizmente esse debate não foi feito.

UM CRESCIMENTO ECONÓMICO FRÁGIL ASSENTE SE EM BAIXO INVESTIMENTO E COM GRANDES CORTES NO INVESTIMENTO PÚBLICO PARA REDUZIR O DÉFICE E A DIVIDA PÚBLICA

Entre 2002 e 2020, a riqueza (PIB) por habitante criada em Portugal em percentagem do PIB per capita da U.E. diminuiu de 71,3% para apenas 64,7%. Em relação à Zona euro, em 2020, o PIB por habitante em Portugal correspondia somente a 58,3% do PIB per capita dos países da Zona euro. Estes dados do Eurostat mostram a fragilidade do crescimento económico e da economia nacional.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Uma causa é o baixíssimo investimento privado e público. Se comparamos a percentagem que o investimento (FBCF) representa em relação ao PIB, Portugal, apesar do atraso, apresenta taxas de investimento muitos inferiores à média da U.E, incluindo o investimento público (Eurostat -quadro 2).

Quadro 2 – Investimento total e investimento público em percentagem do PIB – 2012/2020

ANO	INVESTIMENTO TOTAL (FBCF) - % do PIB			INVESTIMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (FBCF) - % do PIB		
	U.E.-27 países	Zona euro	Portugal	U.E.-27 países	Zona euro	Portugal
2012	20,3	20,1	15,8	2,6	2,9	2,5
2013	19,8	19,5	14,8	2,7	2,9	2,2
2014	19,8	19,5	15,0	2,8	2,7	2,0
2015	20,2	19,9	15,5	3,0	2,7	2,3
2016	20,4	20,3	15,5	2,8	2,6	1,5
2017	20,8	20,6	16,8	2,8	2,6	1,8
2018	21,1	21,0	17,5	2,9	2,7	1,8
2019	22,2	22,1	18,1	3,0	2,8	1,8
2020	21,9	21,9	19,1	3,3	3,0	2,3

FONTE: Eurostat

Os anos do governo PSD/CDS/Troika foram anos terríveis para o país em termos de investimento privado e público, quando comparamos com a média da U.E. e da Zona euro. No período 2012/2020, as taxas de investimento (FBCF) em Portugal foram sempre muito inferiores à média da U.E. No entanto, no que se refere ao investimento público, os governos de Costa/Centeno/Leão reduziram-no drasticamente no período 2016/2019 contribuindo para a baixa taxa do investimento como provam os dados do Eurostat.

O INVESTIMENTO NOVO (FBCF) EM PORTUGAL TEM SIDO INFERIOR AO QUE SE DESGATA OU DESAPARECE

Um aspeto grave e preocupante, que fragilizou a economia nacional, e que determina baixa produtividade e baixos salários, é o facto de nos últimos 10 anos o novo investimento, ou seja, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ter sido inferior ao Consumo de Capital Fixo (CCF), ou seja, ao que se desgasta pelo uso ou desaparece ou se torna obsoleto, como os dados do INE do quadro 3 revelam.

Quadro 3– Formação Bruta de Capital Fixo e Consumo de Capital Fixo total e público -2011/2020

ANO	INVESTIMENTO (FBCF) E CONSUMO DE CAPITAL TOTAL (CCF) NO PAÍS -Milhões €			INVESTIMENTO PÚBLICO E CONSUMO DE CAPITAL FIXO PÚBLICO - Milhões €		
	Investimento Total (FBCF)	Consumo Capital Fixo (CCF)	FBCF-CCF	Investimento Público (IP)	Consumo Capital fixo Público (CCFP)	IP-CCFP
2011	32 437	30 986	1 451	6 139	5 161	979
2012	26 631	30 168	-3 537	4 271	5 214	-943
2013	25 150	29 630	-4 480	3 686	5 241	-1 555
2014	26 013	30 215	-4 202	3 525	5 097	-1 571
2015	27 886	30 986	-3 099	3 857	5 216	-1 359
2016	28 893	32 137	-3 244	2 737	5 266	-2 529
2017	32 888	33 853	-966	3 415	5 341	-1 925
2018	35 953	36 016	-63	3 790	5 468	-1 677
2019	38 839	37 453	1 386	4 015	5 541	-1 527
2020	38 629	38 256	373	4 455	5 689	-1 234
SOMA	313 321	329 700	-16 379	39 891	53 233	-13 343

FONTE: CNPA e Principais agregados das Administrações Públicas - INE - 2011-2020

Entre 2011 e 2020, a Formação Bruta de Capital Fixo total foi inferior ao Consumo de Capital Fixo total em 16.379 milhões €. Nem se conseguiu compensar o valor das instalações, das máquinas e outros equipamentos que desgastaram pelo uso ou desapareceram devido à destruição ou obsolescência. No caso do investimento público a situação é dramática. O Estado investiu neste período menos 13.343 milhões € do que desapareceu. Retirando a parte pública, conclui-se que o investimento total (FBCF) privado neste período foi inferior ao Consumo de Capital Fixo em 3.037 milhões €. **Como é possível assim recuperar o atraso e desenvolver uma economia moderna, com produtividade e salários elevados?**

A queda do investimento público causou uma profunda degradação dos equipamentos públicos, de que são exs. conhecidos a falta de instalações hospitalares, escolas degradadas, atraso enorme na ferrovia, etc., etc. com consequências nefastas para o desenvolvimento do país e para o bem-estar dos portugueses. **Mas foi assim que Centeno/Leão conseguiram reduzir o défice e a dívida pública.** E não deixa de ser insólito que António Costa tenha ficado encantado com o valor do défice de 2021 ser menor que o estimado (*jornais de 13/1/2021*), ignorando o que não foi feito apesar de prometido, o que foi cortado apesar de necessário, e disso contribuir também para condenar o país ao atraso, à baixa produtividade, aos baixos salários e manter uma economia frágil, que se afundará com “qualquer abanão”

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Como consequência o “stock de capital líquido” por empregado tem diminuído em Portugal como mostram os dados da AMECO, o contrário do que devia acontecer e do que se verificou na U.E..

Quadro 4- Stock de capital líquido por empregado em Portugal e na U.E. e Zona euro – 2010/2020

ANO	Milhares euros por empregado			% do investimento por empregado em Portugal representa em relação ao da U.E.	
	U.E.	Zona euro	Portugal	% Portugal/U.E.	% Portugal/Zona euro
2010	184,08	214,95	115,18	62,6%	53,6%
2011	186,32	217,02	117,76	63,2%	54,3%
2012	188,93	220,16	122,00	64,6%	55,4%
2013	191,28	222,86	124,56	65,1%	55,9%
2014	191,01	222,54	121,89	63,8%	54,8%
2015	190,92	221,93	119,54	62,6%	53,9%
2016	190,35	220,62	116,94	61,4%	53,0%
2017	189,63	219,56	113,03	59,6%	51,5%
2018	189,31	218,39	110,45	58,3%	50,6%
2019	190,50	218,97	109,77	57,6%	50,1%
2020	197,69	227,98	111,68	56,5%	49,0%
2021	196,94	226,00	109,96	55,8%	48,7%
2010-2021	7,0%	5,1%	-4,5%	-10,8%	-9,2%

FONTE: AMECO- Comissão Europeia

Os dados da Comissão Europeia (AMECO) revelam que, entre 2010 e 2021, o “stock de capital líquido”, ou seja, o investimento em instalações, máquinas e outros equipamentos, etc., por trabalhador aumentou na U.E. e na Zona euro, mas em Portugal diminuiu (-4,5%). Em 2010, o “stock de capital líquido” por trabalhador em Portugal correspondia a 62,6% da média da U.E. e a 53,4% da Zona euro. E 11 anos depois, ou seja, em 2021 já correspondia apenas a 55,8% do da U.E. e 48,7% da Zona do euro, ou seja, a menos de metade. Como é que a produtividade por trabalhador poderá crescer de uma forma sustentada e elevada investindo cada vez menos nos instrumentos de produção que ele utiliza? Isto revela com clareza que as atividades dominantes no nosso país e que mais se têm desenvolvido são atividades de baixa intensidade de capital, portanto de baixa produtividade e de baixos salários.

E a conclusão que tira se também da análise feita até aqui é que sem aumentar significativamente o investimento, quer público quer privado, mas bom investimento, será difícil, para não dizer mesmo impossível criar emprego qualificado e riqueza, a um ritmo que permita ao país sair do círculo de ferro de baixa produtividade, de baixos salários, de atraso e pobreza em que está mergulhado. E não se tenha a ilusão que os 45.000 milhões € do PRR e do Portugal 2030 resolverão por si estes problemas. Basta pensar quantos milhares de milhões € Portugal já recebeu em fundos da U.E. e o atraso do país, os baixos salários, e a baixa produtividade não desapareceram. E corre-se risco muito real de acontecer o mesmo com estes 45.000 milhões € por falta de capacidade e competência quer do Estado quer do setor privado para utilizar de uma forma eficiente estes fundos. Mas isso fica para outro estudo.

COM O CRESCIMENTO ECONOMICO PROMETIDO PELO PS E PSD SERIAM NECESSÁRIOS 84 ANOS PARA QUE O PIB PER CAPITA DE PORTUGAL, EM EUROS, FOSSE IGUAL AO DA U.E., PORTANTO NÃO RESOLVE A SITUAÇÃO DO PAÍS

Na pág. 9 do programa eleitoral do PS promete-se “durante a legislatura um crescimento económico superior em 0,5 pontos percentuais ao da média da União Europeia”. Na pág. 48 do programa eleitoral do PSD afirma-se que “Portugal tem de crescer de uma forma sustentada acima de 3% ao ano”. Para fazer uma estimativa de quantos anos seriam necessários para que o PIB per capita real no nosso país fosse igual, em euros e a preços constantes de 2010, ao da U.E., considerou-se para U.E. uma taxa de crescimento média anual de 2% (a que se verificou antes da crise), e para Portugal uma taxa de 2,5% (PS) e de 3,1% (PSD). Os resultados constam do quadro 5

Quadro 5– Estimativa do número de anos que seriam necessários para que o PIB per capita a preços de 2010 de Portugal fosse igual ao da U.E. em euros (taxas de crescimento: U-E.: 2%/ano; Portugal 2,5% e 3,1%/ano)

DESIGNAÇÃO	Taxa crescimento da U.E. e prometidas pelo PS e PSD	PIB per capita real	PIB per capita real - Estimativa		
		2019 - Dados do eurostat	2101 - 83 anos	2102 - 84 anos	2103 - 85 anos
PIB par capita real (preços 2010) - U.E.	2%/ano	28 070 €	142 382 €	145 230 €	148 135 €
PIB par capita real (preços 2010) - Portugal -PS	2,5% /ano	18 670 €	141 417 €	144 952 €	148 576 €
PIB par capita real (preços 2010) - Portugal -PSD	3,1% /ANO	18 670 €	142 245 €	145 801 €	

Com as taxas de crescimento económico prometidas pelo PS e pelo PSD seriam necessários cerca de 84 anos para que o PIB per capital real português fosse igual, em euros, ao da U.E. Estes dados apenas confirmam que com tais propostas económicas o país está condenado ao atraso e os portugueses a condições de vida difíceis pois sem criação rápida e sustentada de riqueza a situação não se alterará.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A MEDIDA MILAGROSA DESCOBERTA PELO PSD PARA PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÓMICO

Na pág. 48 do programa eleitoral do PSD afirma-se que *“Portugal tem de voltar a crescer, de forma sustentada e prolongada, acima dos 3% ao ano. A estagnação da economia tem sido um pesado constrangimento à mobilidade social”*. E como o crescimento económico passa pelas empresas, na pág. 54 do mesmo programa defende-se, como instrumento preferencial para promover o crescimento económico, segundo esclarecimento de Rui Rio no debate com António Costa, *“uma redução do IRC em 2 p.p. em 2023 e 2024, reduzindo a taxa de IRC de 21% para 17%, em linha com a reforma fiscal de 2013”*. A redução do IRC em 4 pontos percentuais (de 21% para 17%) e a eliminação de derrama estadual, que é também defendida, representaria uma perda de receita fiscal estimada em 1000 milhões €/ano. Alguém teria de compensar esta perda de receita ou através de aumento de impostos ou por meio de redução da despesa pública (ex. com o SNS, com o ensino público, etc.), pois não há almoços grátis neste campo.

Uma das medidas de Trump nos seus primeiros 100 dias foi também a redução dos impostos sobre as empresas de 35% para 20%. A justificação era semelhante à de Rui Rio: *“aumento da competitividade das empresas americanas”*. Mas o resultado foi aumentar a riqueza dos mais ricos. Em Portugal, mesmo com a redução da taxa de IRC de 25% para 21% feita pelo governo de Passos Coelho/Portas/Troika, o crescimento económico no período 2013/2015 foi medíocre (*entre -0,9% e 1,8%, quadro 1*). A estimativa que constava da proposta de O.E.- 2022, é que a receita de IRC fosse apenas de 4.917 milhões €, mas a receita de IRS, em que mais de 90% dos rendimentos declarados para efeitos de pagamento de IRS são de trabalhadores e pensionistas, atingisse 14.711,6 milhões €, ou seja, três vezes mais. Rui Rio defende que a carga fiscal do IRS não deve ser reduzida, porque antes tem de ser criada riqueza, e só depois é que se pode distribuir. Por isso, o programa do PSD só prevê alívio fiscal no IRS apenas nos dois últimos anos (2025 e 2026) da legislatura (*400 milhões €/ano, pág. 158 do programa*)

COMO O PSD E O PS PRETENDEM PROMOVER O AUMENTO DOS SALÁRIOS

Na pág. 10 do seu programa o PSD afirma que *“em 2021, 60% dos trabalhadores por conta de outrem ganham menos de 1000€. A mediana de salários ronda os 900€. 30% ganha menos de 750€ e 26% ganha a retribuição mínima mensal garantida (“salário mínimo”) de 665€”*. E logo a seguir tem uma justificação para não apresentar qualquer medida, que é a seguinte: *“Sem superarmos o bloqueio da economia dificilmente poderemos satisfazer os que anseiam por melhores empregos, rendimentos mais elevados e maiores níveis de bem-estar”*. Em relação ao salário mínimo nacional, a posição do PSD, que consta da pág. 135 do seu programa é a seguinte: *“um aumento sustentado e sustentável do salário mínimo, sempre em sede de concertação social. O PSD propõe também a convergência entre o Salário Mínimo Nacional com o Salário Mínimo da Administração Pública”* (pág. 135).

O PS na pág. 84 do seu programa fixa como objetivo para o salário mínimo nacional *“atingir pelo menos os 900 euros em 2026”*, ou seja, um aumento de 6,3% por ano (49€/ano), que pode ser comido pela inflação. Em relação aos restantes salários a medida nova (pág. 48) é a *“A criação de um quadro fiscal adequado para que as empresas assegurem, a par da criação de emprego líquido, políticas salariais consistentes em termos de valorização dos rendimentos e de redução das disparidades salariais, centrado na valorização dos salários médios”*. Portanto, à semelhança do salário mínimo de 2022 em que o governo se comprometeu com as entidades patronais em financiar uma parcela do aumento da despesa resultante da sua aplicação, agora o PS compromete-se a reduzir os impostos das empresas que tenham *políticas salariais consistentes em termos de valorização dos rendimentos e de redução das disparidades salariais, centrado na valorização dos salários médios”*. Nada de eliminar a caducidade automática das convenções coletivas de trabalho que têm dado uma ajuda importante aos patrões para bloquear a contratação coletiva de trabalho e eliminar direitos contidos nessas convenções, nem para introduzir o princípio do tratamento mais favorável, eliminado por um governo PSD/CDS, que existia no governo de Marcelo Caetano, e que impedia que um contrato individual de trabalho contivesse condições mais desfavoráveis para o trabalhador do que o Código do Trabalho. Como isto é um tabu para os patrões, também continua a ser um tabu para o PS.

A POSIÇÃO DO PSD E DO PS EM RELAÇÃO AO SNS

Aproveitando a incapacidade de António Costa para garantir a todos os portugueses um médico de família (já são 1.100.000 que não têm), o PSD defende nas págs. 103 e seguintes do seu programa contratos com médicos privados, a quem chama médicos assistentes, para garantir esse direito, bem como o alargamento a mais cirurgias, a consultas da especialidade e a MCDT e melhor pagamento do SIGIC com os hospitais privados, e aumentar o nº de hospitais PPP. É abrir mais a porta do SNS ao negócio privado da saúde. Defende também a revisão da Lei de bases da saúde com o objetivo de criar *“um Sistema Nacional de Saúde compreensivo e complementar, que deverá assentar em três pilares - público, privado e social - passando de um SNS fechado, em que o Estado desempenha todos os papéis - maior produtor, empregador, financiador e fiscalizador - para um Sistema em que o Estado continua a ser o elemento central e maioritário”*, mas que passe a ser um financiador do negócio privado de saúde, o que implica que os portugueses que não tenham *“insuficiência económica”* passem a pagar no SNS.

O PS compromete-se no seu programa (pág. 6) a *“Construir ou modernizar até 2026 100 unidades de cuidados de saúde primários e construir as novas unidades hospitalares Central do Alentejo, Lisboa Oriental, Seixal, Sintra, Central do Algarve e a maternidade de Coimbra”* (várias destas unidades estavam no programa da legislatura anterior), e *“garantir a generalização das Unidades de Saúde Familiar, para que cobrem 80% da população”* (pág. 19).

Eugénio Rosa – 16-1-2022- edr2@netcabo.pt

Eugénio Rosa – economista – este e outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com 4